

Diário do Legislativo de 14/11/2000

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Aauto - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reuniões de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissão

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA

ATAS

ATA DA 2ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão ESPECIAL PARA APRECIAR A Proposta de Emenda à Constituição nº 28/99

Às onze horas do dia trinta de agosto de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Doutor Viana, Márcio Kangussu e Nivaldo Andrade, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Márcio Kangussu, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar o parecer do relator e solicita ao Deputado Doutor Viana que proceda à leitura de seu parecer. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer, que conclui pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 28/99, em 2º turno, com a Emenda nº 1, apresentada. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 2000.

João Leite, Presidente - Doutor Viana - Márcio Kangussu - Nivaldo Andrade.

ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da comissão especial das taxas

Às onze horas e quinze minutos do dia onze de outubro de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Paulo Piau, Miguel Martini, Ambrósio Pinto e Márcio Kangussu, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Piau, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Miguel Martini, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a finalidade da reunião é discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente discorre sobre os objetivos da Comissão e a importância de traçar estratégias de ação para os trabalhos. O Deputado Miguel Martini, com a palavra, apresenta dois requerimentos me que pede seja solicitada à Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL -, à Associação do Comércio e à Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG -, a relação de todas as taxas estaduais recolhidas aos cofres públicos por essas entidades, com sua especificação completa, e seja solicitada à Secretaria de Estado da Fazenda a relação de todas as taxas existentes no Estado de Minas Gerais, com a sua devida e completa especificação e o montante total arrecadado pelo Estado no último semestre, em virtude de recolhimento de todas as taxas estaduais. Colocados em votação, cada um por sua vez, são os requerimentos aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de novembro de 2000.

Paulo Piau, Presidente - Miguel Martini - Ambrósio Pinto.

ATA DA 52ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Às dez horas do dia vinte e seis de outubro de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ermano Batista, Antônio Júlio, Adelmo Carneiro Leão, Agostinho Silveira, Antônio Genaro, Bené Guedes e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ermano Batista, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Bené Guedes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta. Passa-se à fase de discussão e votação de pareceres sobre proposições

sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os pareceres que concluem pela constitucionalidade, pela juridicidade e pela legalidade do Projeto de Resolução nº 754/99 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Antônio Júlio); e dos Projetos de Lei nºs 1.105/2000 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Agostinho Silveira); 1.143/2000 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Antônio Júlio); 1.162 com as Emendas 1 a 5; 1.197 com as Emendas 1 a 4; e 1.208/2000 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Paulo Piau); 1.175 e 1.219/2000 (relator: Deputado Adelmo Carneiro Leão); e 1.189 (relator: Deputado Ermano Batista) e os pareceres que concluem pela inconstitucionalidade, pela ilegalidade e pela antijuridicidade dos Projetos de Lei nºs 1.180/2000 (relator: Deputado Agostinho Silveira) e 1.193/2000 (relator: Deputado Adelmo Carneiro Leão). Os Projetos de Lei nºs 1.150 e 1.202/2000 não foram apreciados, o primeiro em virtude de pedido de prazo solicitado pelo relator, e o segundo, atendendo a requerimento aprovado em que solicitou sua retirada da pauta. Passa-se à fase de discussão e votação de pareceres sobre proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os pareceres que concluem pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade dos Projetos de Lei nºs 1.048/2000 (relator: Deputado Agostinho Silveira); 1.173 com a Emenda nº 1; 1.192 e 1.212/2000, este com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Ermano Batista); 1.190/2000 (relator: Deputado Adelmo Carneiro Leão, em virtude de redistribuição); 1.194 e 1.199/2000, este com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Antônio Genaro). Nos termos do art. 185 do Regimento Interno, a Presidência determina o envio dos Projetos de Lei nºs 1.180 e 1.193/2000 ao Plenário para inclusão dos pareceres em ordem do dia. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2000.

Ermano Batista, Presidente - Agostinho Silveira - Paulo Piau - Antônio Genaro.

ATA DA 33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CPI DO NARCOTRÁFICO

Às doze horas do dia trinta de outubro de dois mil, comparecem nas dependências da Polícia Federal de Montes Claros os Deputados Marcelo Gonçalves, Paulo Piau, Rogério Correia e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Marcelo Gonçalves, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rogério Correia, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a ouvir o depoimento de pessoas ligadas à empresas PPI, GMS e Millenium e comunica que dos quatro depoentes convocados apenas o Sr. Marcos Francisco de Oliveira encontra-se presente. Dessa forma, em reunião reservada, o Presidente determina a entrada do Sr. Marcos Francisco de Oliveira, lê os procedimentos legais pertinentes às CPIs, concede a palavra ao depoente, para suas considerações iniciais, e aos parlamentares, para que façam suas perguntas. Segue-se o interrogatório, conforme consta nas notas taquigráficas. Terminado o depoimento, são apresentados requerimentos do Deputado Marco Régis, solicitando sejam os Srs. José Ângelo Serra Arzola, Wagner Nunes Martins e Luciene Medeiros Barbosa convidados a prestar esclarecimentos sobre o narcotráfico na região de Alfenas; e do Deputado Rogério Correia, solicitando seja o Sr. Fernando Macêdo, Chefe de Gabinete do Deputado Arlen Santiago, convocado a prestar depoimento à Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e os convoca para a próxima reunião extraordinária, no mesmo local, na mesma data, às 18h30min, com a finalidade de ouvir o Sr. Gilmar Peres dos Santos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de outubro de 2000.

Marcelo Gonçalves, Presidente - Paulo Piau - Rogério Correia - Sargento Rodrigues.

ATA DA 49ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Às dez horas do dia oito de novembro de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dimas Rodrigues, Paulo Piau, Ailton Vilela, João Batista de Oliveira e Márcio Kangussu, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dimas Rodrigues, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Márcio Kangussu, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar as matérias constantes na pauta. A seguir, procede à leitura do Ofício nº 112/2000, do Coordenador-Geral de Relações do Ministério do Trabalho e Emprego, Sr. Luciano Fullgraf, publicado no "Diário do Legislativo" de 2/11/2000. Encerrada a 1ª Parte da reunião, a Presidência passa à 1ª fase da Ordem do Dia com a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. O Deputado Paulo Piau emite parecer, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 923/2000, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 2. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. O Deputado Márcio Kangussu emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.025/2000, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 2. Colocado em discussão e votação, é aprovado o parecer. O Deputado Ailton Vilela emite parecer que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.050/2000, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e com as Emendas nºs 1 e 2. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. A seguir, o Presidente coloca em discussão e votação o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 941/2000, que é aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2000.

Dimas Rodrigues, Presidente - Márcio Kangussu - João Batista de Oliveira - Ailton Vilela.

ATA DA 50ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia oito de novembro de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Márcio Cunha, Mauro Lobo, Eduardo Hermeto, Olinto Godinho e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Márcio Cunha, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Olinto Godinho, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Ato contínuo, o Presidente suspende os trabalhos da Comissão por duas horas. São reabertos os trabalhos às 12h40min. Passa-se a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário. É apresentado requerimento do Deputado Eduardo Hermeto retirando de pauta todos os projetos. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para as próximas reuniões extraordinárias, na mesma data, às 14h45min e às 20 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de novembro de 2000.

Márcio Cunha, Presidente - Mauro Lobo - Olinto Godinho - Rogério Correia - Irani Barbosa - Eduardo Hermeto - Rêmoló Aloise.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 193ª reunião ordinária, EM 14/11/2000

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 17/99, do Tribunal de Justiça, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 20, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou por sua aprovação com as Emendas nºs 1, 2, 4 a 11, 13 a 15, 17 e 18, apresentadas pela Comissão de Justiça, e 21 a 100, que apresentou; pela rejeição das Emendas nº 3, 19 e 20, ficando prejudicadas as Emendas nºs 12 e 16. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 100. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela aprovação das Emendas nºs 115, 116, 121, 123, 136, 144, 145, 146, 152 e 158; pela rejeição das Emendas nºs 101 a 114, 117, 118, 120, 122, 124 a 134, 137, 140, 142, 147 a 151, 153 a 157 e da Subemenda nº 1 à Emenda nº 83, da Comissão de Administração Pública, ficando prejudicadas as Emendas nºs 119, 135, 138, 139 141 e 143, e pela apresentação do Substitutivo nº 2.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 838/2000, do Deputado João Paulo, que dispõe sobre o atendimento de clientes nos estabelecimentos bancários e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Defesa do Consumidor opinou por sua aprovação. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Defesa do Consumidor, que opina pela aprovação da Emenda nº 2.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 30/2000, do Deputado Edson Rezende, que dispõe sobre a concessão de autorização especial de afastamento a servidor do Quadro do Magistério. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Educação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 13/99, da Deputada Maria José Hauelsen, que institui o Programa de Seguro Agrícola do Estado de Minas Gerais. As Comissões de Justiça e de Política Agropecuária perderam prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 22/99, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, que institui o Programa Bolsa Familiar para Educação. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Educação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 227/99, do Deputado Durval Ângelo, que dispõe sobre o pagamento de obrigação de pequeno valor devido pela Fazenda Estadual e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Bené Guedes solicitou o prazo regimental para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 346/99, do Deputado Amílcar Martins, que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nº 1 e 2, que apresenta. As Comissões de Meio Ambiente e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nº 1 e 2, da Comissão de Administração Pública.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 838/2000, do Deputado João Paulo, que dispõe sobre o atendimento de clientes nos estabelecimentos bancários e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Defesa do Consumidor opinou por sua aprovação. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Defesa do Consumidor, que opina pela aprovação da Emenda nº 2.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 901/2000, dos Deputados João Batista de Oliveira e Paulo Piau, que dispõe sobre os custos de análise de pedidos de licenciamento ambiental da atividade de suinocultura no Estado. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Política Agropecuária opina por sua aprovação. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 954/2000, do Deputado José Milton, que dispõe sobre o certificado de produto agrícola não transgênico. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Política Agropecuária.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.002/2000, do Deputado Ermano Batista, que dispõe sobre o período de cobrança do IPVA. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 191/99, da Deputada Maria Olívia, que dispõe sobre a concessão de incentivo às empresas que possuam empregados com idade igual ou superior a 40 anos. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 202/99, da Deputada Maria Olívia, que dispõe sobre reserva de recursos públicos destinados à habitação, em benefício da mulher sustentáculo de família e dá outras providências. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 328/99, do Deputado Márcio Kangussu, que altera a redação do § 1º do art. 1º da Lei nº 6.194, de 26/11/73, que dispõe sobre a unidade de tesouraria e a execução financeira do Estado e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 358/99, do Deputado João Paulo, que torna obrigatória a notificação ao órgão executivo de trânsito sobre os recursos julgados procedentes pela Junta de Administração de Recursos e Infrações - JARI - e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 585/99, da Deputada Maria Tereza Lara, que dispõe sobre política estadual dos direitos da pessoa portadora de deficiência, cria o Conselho Estadual da Pessoa Portadora de Deficiência e dá outras providências. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 795/2000, do Deputado Pastor George, que dispõe sobre o Programa de Regularização e Controle das Ilhas Fluviais e Lacustres do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 39ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a realizar-se às 10 horas do dia 14/11/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1208/2000, da Deputada Elbe Brandão

No 2º turno: Projeto de Lei Ordinária nº 1.006/2000, do Deputado Carlos Pimenta.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.014/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 1.078/2000, do Deputado João Paulo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Viana, Agostinho Patrús, Arlen Santiago, Chico Rafael, Sargento Rodrigues e Sebastião Navarro Vieira, membros da supracitada Comissão, para a reunião extraordinária que será realizada em 14/11/2000, às 10 horas, no Plenarinho I, com a finalidade de se apreciarem, no 1º turno, os Projetos de Lei nºs 1.143/2000, do Deputado Agostinho Patrús; 1.163/2000, do Deputado Geraldo Rezende, e 1.219/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e os Requerimentos nºs 1.735 e 1.737/2000, da Deputada Elbe Brandão.

Sala das Comissões, 13 de novembro de 2000.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 31/99

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dimas Rodrigues, Alencar da Silveira Júnior, Amílcar Martins e Eduardo Hermeto, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/11/2000, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer sobre as emendas apresentadas em Plenário.

Sala das Comissões, 13 de novembro de 2000.

Fábio Avelar, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da CPI do Narcotráfico

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Piau, Rogério Correia, Carlos Pimenta, José Henrique, Marco Régis e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/11/2000, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se dar seqüência aos depoimentos de pessoas relacionadas às empresas PPL Empreendimentos e GMS Representações ou que possam fornecer informações sobre elas; de se ouvir o Detetive Elcimar Geraldo da Silva, lotado em Estrela do Indaiá, que prendeu traficante de drogas e foi transferido para outro município, e de se tratar de assuntos de interesse da Comissão.

Sala das Comissões, 13 de novembro de 2000.

Marcelo Gonçalves, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

189ª REUNIÃO ORDINÁRIA

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, pessoas presentes nas galerias, TV Assembléia, assessoria, meus senhores e minhas senhoras, antes de focalizar o assunto que me traz a esta tribuna, gostaria de registrar que foi com forte emoção que li no "Estado de Minas", no caderno Gabarito, de autoria da jornalista Tacyana Arce, uma carta vinda de Dores do Indaiá, escrita pela aluna vestibulanda Ana Carolina Pinto Ribeiro. Peço licença a todos para reproduzir "ipsis litteris" a correspondência inserida na primeira página desse periódico. (- Lê:)

"Prezados senhores, respeitosamente conto com a sua ajuda. No momento, candidatei-me ao vestibular da Universidade de Itaúna e da UNI-BH. Sou deficiente visual. Venho pedir-lhes para ajudar-me quanto ao modelo de provas aplicadas, pois em Física, Química e Matemática são usados gráficos; em Geografia e História, mapas, tornando-se impossível a resolução das questões, uma vez que sou completamente impossibilitada de lidar com desenhos. Espero ajuda e compreensão. Deus lhes pague. Ana Carolina Pinto Ribeiro."

Ao tomar conhecimento dessa correspondência, fiz contato telefônico com Ana Carolina em Dores do Indaiá. Fui tomado de grande emoção quando ela me disse que não somente ela era deficiente visual, como também o seu irmão, impossibilitando-a de prestar vestibular. Ela me contou que era a terceira vez que buscava, junto às universidades, sua aprovação.

Na reportagem consta também que, como ela, deficiente visual, são várias as pessoas que se preparam para enfrentar a seleção do vestibular e são unânimes em dizer que nenhuma instituição conseguiu a melhor maneira de tornar possível a compreensão das imagens.

"As figuras em alto relevo que constam nas provas nada mais são do que esboços imperceptíveis, como um xerox velho, cujas letras já desbotaram na teoria. Na prática, é totalmente inviável." Então, na manhã de hoje, após esse contato com a Ana Carolina, apresentamos, junto à Comissão de Educação, um requerimento para buscarmos, efetivamente, uma solução para todos aqueles deficientes visuais que buscam um novo mecanismo para os vestibulares.

Há poucos dias, nesta Casa, tive o grande prazer e a grande honra de obter, por parte de meus caríssimos pares, a aprovação do projeto de lei que cria mecanismos necessários para que o deficiente visual movimente suas contas bancárias, por meio do sistema "Dosvox", independentemente de constituir um procurador.

Além desse requerimento que apresentamos na manhã de hoje, já aprovado pela Comissão de Educação, também apresentamos, ontem, projeto de lei que cria mecanismos para dotar as universidades, por meio dos vestibulares das redes pública e particular, do sistema necessário para que os deficientes não venham a sofrer prejuízos em decorrência da falta de visibilidade.

Então, gostaria de registrar nos anais da Casa que essa comunicação de Ana Carolina me sensibilizou muito, e tenho a certeza de que, mais uma vez, a nossa Assembléia Legislativa, por meio dos nossos pares, dará sustentação ao projeto. E vamos buscar que esse projeto de lei tenha sua tramitação feita com rapidez, para que, no próximo ano, os deficientes visuais possam ter condições de praticar, desenvolver e, principalmente, ter seus exames de vestibular com todo o mecanismo necessário. Esse projeto já foi distribuído e temos a certeza de que se torna necessário dotar a rede pública dos mecanismos necessários para facilitar a vida daqueles que tanto necessitam.

Desejamos ainda, Sr. Presidente, registrar nesta Casa a realização do 1º Seminário de Logística do Aeroporto de Confins, ocorrido no último dia 26, no auditório da FIAT do Brasil, em Nova Lima, de cuja abertura tive a satisfação de participar, com vários Deputados desta Casa. Fazemos esse registro para ressaltar a importância da iniciativa parlamentar, pois a ação deste parlamento tem sido pioneira para o desenvolvimento do Estado. Quero referir-me ao Projeto de Lei nº 533, de autoria do ilustre colega Deputado Alberto Pinto Coelho, que, com seu brilhantismo, com sua inteligência e, acima de tudo, com sua determinação, foi autor do projeto de lei que criou o Pró-Confins, sendo sancionado pelo Governador Itamar Franco e convertido na Lei 13.449, de 2000.

Sim, essa lei que criou o Pro-Confins é e tem sido discutida e incrementada em nosso Estado.

A citada legislação permitiu a criação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Comércio Exterior, com o objetivo de consolidar o Estado como pólo de desenvolvimento e de negócios relacionados com o comércio exterior, mediante o aproveitamento da infra-estrutura do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, também conhecido como Aeroporto de Confins.

Nesse sentido foi formado o Grupo Pró-Confins, responsável pela elaboração e pela execução das medidas determinadas pelo Programa, o qual tem sido presidido, com muita competência, pelo Comandante Antônio Carlos Passos de Carvalho.

Pretende o Pró-Confins promover o fortalecimento daquela que é a principal vocação do Aeroporto de Confins: tornar-se um grande centro de movimentação de cargas e de passageiros, para onde seja canalizada a demanda reprimida do transporte de cargas de Minas Gerais.

Ressalto a importância desse programa ainda na esteira da notícia veiculada nos últimos dias, pela imprensa, que mostra Minas Gerais assumindo o 2º lugar no País em termos de competitividade.

Nesse sentido, o Pró-Confins torna-se um dos grandes instrumentos de ação para o prosseguimento do ritmo de crescimento de nosso Estado, através da criação de mecanismos e condições que facilitem o escoamento de cargas de nossas empresas, numa verdadeira sintonia de ideais e sentimentos em prol do desenvolvimento do Estado e do País.

Vale aqui buscar a lição de sentimento e idéia, de autoria de Alexis de Tocqueville: "Para que os homens permaneçam civilizados ou assim se tornem, é preciso que entre eles a arte de se associarem se desenvolva e aperfeiçoe na mesma medida em que cresce a igualdade de condições.

É fácil prever que está próximo o tempo em que o homem terá cada vez menos condições de produzir sozinho as coisas mais comuns e mais necessárias à sua vida.

Os sentimentos e as idéias não se renovam, o coração não cresce e o espírito não se desenvolve a não ser pela ação recíproca dos homens uns sobre os outros".

Para tanto, o Programa atua em dois campos. No primeiro deles, busca fomentar a instalação de empresas na região do aeroporto, principalmente fabricantes de produtos de alta tecnologia e valor agregado, que exigem a existência de uma estrutura logística bem desenvolvida. Nessa perspectiva, vislumbra-se o potencial existente no setor de serviços, fator de atração de empresas de transporte e de armazenamento e outros empreendimentos voltados para o turismo de negócios ou de lazer.

Em outro campo, para ensejar a plena utilização do aeroporto, o Pró-Confins promove o encontro de duas pontas, a carga aérea e o vôo, corrigindo uma distorção, que consiste na utilização de aeroportos de outros Estados para a realização de nossas exportações e importações. Não restam dúvidas de que essa situação representa perdas em arrecadação, empregos e renda para a economia de Minas Gerais.

Com a implementação do Pró-Confins e a conseqüente elevação do volume de cargas transportadas, existe a possibilidade de aumento na arrecadação do Estado da ordem de R\$150.000.000,00 por ano, o que, sem dúvida alguma, é um expressivo aumento na receita do ICMS de nosso Estado.

É esse o desafio a que se lança o Governo de Minas Gerais, associado à indispensável participação da iniciativa privada, hoje já representada no Programa por meio da adesão de importantes empresas e entidades, entre elas, a FIAT do Brasil; a TELEMAR; Café Três Corações; USIFAST; SUCESU-MG; UNA – Ciências Gerenciais; Federação do Comércio de Minas Gerais e Luigi Serra Brasil.

Ainda naquela oportunidade, foram anunciadas importantes iniciativas no contexto do Pró-Confin, implicando na criação do chamado "aeroporto industrial"; formação de parceria entre o Grupo Pró-Confin e a FIAT do Brasil, no ato representada por seu Presidente, Roberto Vedovato; e, ainda, a criação de dois vôos cargueiros regulares realizados pelas empresas VARIG e TAM.

Portanto, Sr. Presidente, fica consignada, neste momento, no Plenário desta Casa, a saudação deste Deputado, preocupado com o desenvolvimento da economia de nosso Estado, ao Governador Itamar Franco e a toda sua equipe de Governo. Também aos empresários que habilitaram suas empresas para participar do Pró-Confin. Não tenho dúvidas de que nosso Estado será perseverante na busca de novos investimentos, de novas fronteiras de progresso e desenvolvimento.

Tenho certeza absoluta de que Minas Gerais estará sempre de portas abertas para receber aqueles que queiram instalar indústrias e contribuir para o nosso crescimento. E, mais ainda, tenho certeza de que o Governador Itamar Franco e seus assessores sempre estarão empenhados na busca de alternativas para ampliação da atividade econômica mineira, cujos resultados, certamente, são a geração de mais empregos, mais renda e conseqüente melhoria na qualidade de vida de nossa população.

Concluindo, Sr. Presidente, a propósito do aparte que me fez semana passada o Deputado Carlos Pimenta, quero manifestar minha satisfação em ver o anúncio da participação direta do Estado de Minas Gerais na construção da Hidrelétrica de Irapé, no vale do Jequitinhonha, empreendimento que deverá gerar 5 mil empregos naquela que será a maior barragem em altura construída no Brasil.

Quando, no Plenário, estávamos agradecendo a participação efetiva de nosso Governador pelo trabalho feito junto à COPASA para a instalação de usinas e construção de diques no Sul de Minas, S. Exa. o ilustre Deputado Carlos Pimenta aparteu-me e questionou-me sobre o início da Usina de Irapé. Afirmei-lhe que, conhecedor profundo da formação de nosso Governador, sabia que Itamar Franco se encontrava sensibilizado pela questão, dando início, em 2001, a essa grande usina, a maior em altura do Brasil, no vale do Jequitinhonha. O Governador Itamar já anunciou para dentro de 30 dias o início de contrato de licitação para a construção dessa grande usina, sonho do povo do vale do Jequitinhonha. Independentemente do Sul de Minas, renovo meus protestos de reconhecimento ao Governador Itamar Franco, à sua equipe, bem como aos dirigentes da CEMIG, pelo investimento que, neste momento, Minas dirige para a região Norte, lá construindo a maior usina em altura do Brasil: Irapé. Somente através da discussão, do pleito, teremos como dar ao povo mineiro condições de desenvolvimento em todos os setores. Fico feliz por essa iniciativa e parabeno todos os Deputados da bancada do Norte pela determinação, por parte do Governador, de iniciar a grande e sonhada Usina de Irapé. Muito obrigado.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros da galeria, colegas de imprensa, senhoras e senhores, telespectadores da TV do Legislativo, que ajudamos a criar e que completa, no próximo dia 30, cinco anos de existência, tenho a certeza de que essa data histórica não passará em branco e peço que façamos, na referida data, uma retrospectiva desta TV, que teve seu início com um pronunciamento, nesta tribuna, do Deputado Alencar da Silveira Júnior. Naquela época, alguns Deputados eram contra, por acharem absurdo mostrar a Assembléia Legislativa à população. Era uma Casa fechada, cujo Regimento Interno precisava ser revisto, como, de fato, o foi. Houve mudanças que motivaram debate político no Plenário, dando à Casa maior vigor.

Sr. Presidente, não só a lembrança do dia 30, data de comemoração do quinto aniversário da TV Assembléia - que está sendo expandida por todo o interior de Minas Gerais pelo Presidente desta Casa, Deputado Anderson Aduato, além de ter grande audiência em Belo Horizonte -, traz-me aqui. Venho também parabenizar o Sr. Célio de Castro por sua eleição.

O belo-horizontino entendeu que deveria haver um continuísmo. Apesar de hoje, no Rádio Itatiaia, no programa do Eduardo Costa, ter ouvido o seguinte depoimento de uma menina: "Prometeram a obra do orçamento participativo, e ela não saiu. Na época das eleições, colocaram alguns caminhões na região, os quais, passadas as eleições, foram embora. Agora, fica para março", considero que o povo está de parabéns. Como belo-horizontino de coração, homem público e Vereador, por duas legislaturas, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, tenho que parabenizar e ajudar a somar num bom Governo, pois, a partir do momento em que colaborarmos com o Prefeito Célio de Castro, estaremos ajudando a cidade.

Temos aqui uma grande bancada de ex-Vereadores da cidade e de pessoas que nela fazem política, como o Líder do Governo, Deputado Sávio Souza Cruz, o Deputado Antônio Genaro, ex-Vereador, a Deputada Elaine Matozinhos, o Deputado João Paulo, o Deputado João Leite e outros. Sendo assim, temos que formar uma frente por Belo Horizonte, lembrando que a cidade não pode ser terra de ninguém, para, nas eleições, virar terra de todo mundo. Devemos mostrar ao povo belo-horizontino que poderemos ser os Deputados da cidade, como sou, hoje, o Deputado da cidade de Itabirito, tendo lá 7.500 votos dos 12.000 válidos; e como é o Deputado Dalmo Ribeiro Silva o Deputado de Ouro Fino. Podemos ter aqui uma grande bancada, que lutará por Belo Horizonte e seu futuro.

Na oportunidade, Sr. Presidente, gostaria de parabenizar um companheiro desta Casa, um homem que conseguiu levar ao coração do belo-horizontino a vontade e a necessidade da mudança, por sua campanha séria e comprometida. Parabeno o Deputado João Leite por seu trabalho e sua luta, mesmo com total falta de condições. Somos testemunhas da falta de recursos de sua campanha, que contou, inclusive, com a ajuda de Deputados desta Casa. Não houve conchavo com grupos políticos ou de empresários, e, em nenhum momento, o Deputado João Leite trocou algum benefício pelo apoio à sua candidatura. Em todo o momento apresentou propostas de uma Belo Horizonte melhor para nossos filhos, netos e nós mesmos. Por tudo isso, parabeno o companheiro João Leite.

Estive ontem com alguns amigos que são ligados ao Prefeito Célio de Castro. Perguntavam-me por que não larguei a campanha do Deputado João Leite logo que fiquei sabendo que as pesquisas apontavam que Célio de Castro estava na frente. Nunca faria isso. Temos de mostrar que a política está mudando porque estamos mudando também. Não largaria uma campanha com proposta, mesmo que o barco estivesse afundando. O Deputado João Leite está de parabéns porque fez uma campanha sem recursos financeiros. Sua campanha foi feita com garra, fibra, com propostas, disposição, criatividade e compromisso.

O Deputado João Leite (em aparte) - Agradeço o aparte. Estava acompanhando atentamente seu discurso. Obrigado pelo apoio que nos deu durante a campanha. V. Exa. teve a oportunidade de acompanhar nosso sofrimento. Fizemos uma campanha com muitas dificuldades, mas com muita garra. Creio que desta campanha ficou esse companheirismo que V. Exa. demonstrou. Outros companheiros da Casa participaram da campanha, até financeiramente, crendo na proposta que tínhamos para Belo Horizonte. Agradeço o apoio e o esforço de V. Exa. e de todos os companheiros desta Casa. Encerramos essa campanha com o mesmo sentimento do Apóstolo Paulo. Combatemos o bom combate. Preservei a minha dignidade totalmente. Obrigado pela menção que fez. Parabéns pela postura demonstrada, permanecendo conosco durante toda a campanha. Obrigado a todos os Deputados do PDT que permaneceram firmes conosco nessa luta.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - O João tinha propostas para Belo Horizonte e demonstrou-nos quanto desejava ser Prefeito. O Prefeito deve ter, acima de tudo, um compromisso de mudança. João Leite foi sempre um exemplo para todos. Tive a oportunidade de ser Vereador com ele, acompanhando o seu trabalho no Legislativo Municipal, e tenho a oportunidade de ser Deputado com ele, acompanhando a sua vida pública. Posso afirmar-lhes que o Deputado João Leite é uma pessoa séria e com princípios, que luta pelos seus ideais. O povo belo-horizontino entenderá que precisamos de uma administração com mais garra, criatividade, com sabedoria e vontade de agir.

Sr. Presidente, há muito tempo estamos discutindo a questão da segurança da área central de Belo Horizonte. Desde o ano passado reservávamos uma verba no orçamento do Estado para comprarmos as câmaras para monitorizar o hipercentro. No centro de Belo Horizonte, de Venda Nova e do Barreiro continua havendo assaltos. O mesmo trombadinha rouba de manhã, à tarde e à noite. Somente quando foram colocadas câmaras no centro de Nova Lorque, conseguiram a diminuição dos assaltos. Portanto, apelo, mais uma vez, ao Governador Itamar Franco, para que libere os recursos que coloquei no orçamento, a fim de que a Polícia Militar possa monitorar a área central não só de Belo Horizonte, mas também de Montes Claros, Uberlândia, Uberaba, enfim, aqueles locais em que os grandes trombadinhas, aqueles menores de 1,80m ou 2m de altura praticam assaltos, devendo ser coibidos.

Apelo, também, ao Prefeito Célio de Castro, a fim de que reveja a lei da publicidade em táxi. Essa lei, de minha autoria, na época em que fui Vereador, dá ao taxista o direito de colocar anúncios no seu carro. Dos R\$300,00 pagos pelo anunciante, R\$90,00 são repassados ao taxista e R\$210,00 ficam para a BHTrans e para os empresários. Com essa lei, tive a intenção de ajudar aos taxistas, categoria que mais roda e sofre em Belo Horizonte. Acabamos por encher os cofres da Prefeitura e dos empresários da área. Mas os taxistas estão sofrendo.

E lembro, mais uma vez, que as máquinas caça-níqueis, as máquinas de entretenimento de todo o Brasil, mesmo após o dia 1º de abril, quando a Loteria do Estado fazia a regulamentação de mercado, estão funcionando. Portanto, impeçam o funcionamento dessas máquinas ou as legalizem, porque já se passaram oito meses e nada foi feito. Os telespectadores da TV Assembléia devem estar pensando - como eu - que o jogo ilegal, clandestino atende a poucos. A quem está atendendo, já que o Estado perdeu uma receita de R\$3.000.000,00 por mês, totalizando, nestes oito meses, R\$24.000.000,00, que poderiam estar sendo aplicados nas áreas mais carentes de Minas? Onde está, Governador Itamar Franco, a sua defesa de nosso Estado? As máquinas continuam funcionando. Os empresários foram prejudicados. Quem ganha com o jogo ilegal? Daqui a 30 dias voltarei a esta tribuna, a fim de lembrar que mais R\$3.000.000,00 foram embora, foram jogados pelo ralo. A Loteria precisa regulamentar ou a polícia deve entrar em ação. Além disso, o jogo

também existe no Brasil pela Internet. Agora, os transatlânticos, na costa brasileira, estão com seus cassinos funcionando. Com certeza, o Brasil não deve estar arrecadando nada. É uma hipocrisia o País não entender que o jogo existe e que já passou da hora de ser legalizado. Muito obrigado.

O Deputado Ivo José - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores presentes nas galerias, ocupamos esta tribuna para comunicar a posição dos Deputados da Bancada do PT diante dos fatos que ocorreram recentemente com a CPI da Saúde e que muito nos preocuparam.

Nesta oportunidade, queremos trazer essa posição da Bancada do PT, também no intuito de buscar o referendo, de buscar aquilo que é natural, que é independência do Poder Legislativo e o fortalecimento das instituições democráticas no cumprimento do seu dever constitucional. Nesse sentido, gostaríamos de passar à leitura de uma nota assinada pelos Deputados da Bancada do PT, diante desse episódio que ocorreu dentro da CPI de Saúde e que envolveu setores do Governo do Estado. (- Lê:)

"A Bancada do PT na Assembléia vem manifestar seu repúdio à atitude do Governador Itamar Franco e de seu Secretário da Saúde, Carlos Patrício, que no último fim de semana acusaram o Deputado do PT Adelmo Carneiro Leão, membro da CPI da Saúde, de exorbitar de suas funções naquela Comissão, baseado em informações equivocadas em relação aos fatos ocorridos.

A CPI que apura irregularidades na Secretaria da Saúde esteve na FUNED no último dia 26 de outubro, no exercício legal das prerrogativas estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, pela Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989 e pela Lei Federal nº 1.579, de 18/3/52, que estabelece os poderes das comissões parlamentares. Estiveram presentes o Presidente da CPI, Deputado Hely Tarquínio, o relator, Deputado Edson Rezende, e o Deputado Adelmo Carneiro Leão, bem como a equipe técnica que assessora seus trabalhos, para confrontar documentos originais e cópias enviadas à Comissão pela Superintendência daquela Fundação.

Na ocasião, devido ao volume de informações a serem colhidas, o trabalho da CPI foi prolongado até às 21 horas aproximadamente, e, em face da demora, os dois outros membros se retiraram antes, ficando a incumbência de encerrar a visita ao Deputado do PT Adelmo Carneiro Leão. Porém, ao sair da FUNED, o Deputado foi grosseiramente interpelado pelo Secretário da Saúde, o qual tentou, senão impedir, pelo menos constranger e dificultar o livre exercício das atribuições da CPI. O comportamento do Secretário teve o apoio do Governador Itamar Franco, que, em matéria publicada no jornal "Estado de Minas" de 28 de outubro, afirmou que houve arbitrariedade na atuação da CPI.

O comportamento do Secretário da Saúde e do Governador do Estado traduz uma tentativa de intimidar o exercício da função legislativa. É uma prática que acreditávamos sepultada nesse Governo. Não podemos concordar com a tentativa de tornar um dos membros da CPI alvo de desconfiança para, com isso, denegrir a credibilidade da Comissão. O que está em jogo aqui é a lisura de atos e procedimentos administrativos do Poder Executivo, que causaram prejuízo aos cofres públicos, e não a ação individual do Deputado do PT, como querem demonstrar.

O exercício do mandato parlamentar sempre conviveu com esse tipo de dificuldade, mas causou-nos estranheza tal atitude partir de um Governo que propaga a imagem de austeridade e de luta contra a improbidade administrativa. Causaram-nos indignação os fatos relatados e a forma intimidativa com que o Secretário se dirigiu ao Deputado na FUNED, acusando-o de criar uma "crise institucional" entre os Poderes. Na realidade, o Deputado Adelmo Carneiro Leão exercia a missão que lhe foi atribuída pela Assembléia Legislativa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, diante de tais atos e fatos, a Bancada do PT da Assembléia Legislativa reafirma o seu compromisso com a independência do Poder Legislativo e a defesa do exercício parlamentar conferido às comissões parlamentares de inquérito.

Essa é a posição de toda a nossa bancada, discutida hoje. Esperamos que o Governo reveja a sua posição e passe a respeitar o Poder Legislativo e a considerar legítimo e respaldado em todos os aspectos, legais e constitucionais, o trabalho desenvolvido pelas CPIs.

Queremos não só reforçar essa ação específica da CPI da Saúde, mas também a de todas as CPIs em atividade nesta Casa. Muito obrigado.

O Deputado Pastor George - Sr. Presidente, nobres Deputados e Deputadas, membros desta Casa, órgãos da imprensa, senhoras e senhores presentes nas galerias, ao término das eleições municipais, fica claro, dentre outras conclusões, que o recado que as urnas trouxeram com maior vigor e intensidade foi a falta de implementação e investimentos em políticas sociais, por parte do Governo Federal.

Vemos, a cada dia, o aumento da criminalidade, a violência chegando a ponto de, em alguns momentos, temermos por uma ruptura do tecido social. No entanto, sabemos que só uma justa e real distribuição de renda e de oportunidades para que todos produzam e usufruam as riquezas é o princípio básico para a construção de uma verdadeira e democrática nação. E é isso que desejamos.

Nesse cenário, agradeço aos nobres colegas Deputados desta Casa pela aprovação do Projeto de Lei nº 365/99, de autoria deste Deputado, "que altera o art. 1º e o parágrafo único do art. 3º da Lei nº 12.647, de 21/10/97, que institui o Programa Estadual de Crédito Popular e dá outras providências".

A razão da apresentação desse projeto, aprovado aqui, é que temos muita preocupação com essa questão, e vejo, na ação deste parlamento, sabedoria e prudência que valoriza o processo democrático, principalmente em discussões e votações de projetos desse cunho, para o desenvolvimento e o engrandecimento de Minas Gerais.

Este projeto de lei tem por finalidade prestar assessoramento técnico com o objetivo de possibilitar o acesso ao crédito ao pequeno empreendedor e ao microempreendedor, individual ou associado, por meio da promoção de estudos sobre a viabilidade dos empreendimentos, sempre visando à criação ou à expansão da atividade econômica.

Nossa pretensão é disponibilizar um sistema de acesso ao crédito para desempregados que possuam potencialidades e experiência em atividades desenvolvidas anteriormente, devidamente comprovadas, ou seja, pessoas que, se financiadas, possam abrir seu próprio negócio e adquirir ferramentas, tais como mecânicos de automóvel, profissionais de salão de beleza, barbearia, confeitaria e lanchonete, além de prestadores de serviços, como bombeiros-hidráulicos, eletricitistas, sapateiros, doceiras, marceneiros, serralheiros, entre diversas atividades que podem ser iniciadas com pouco capital.

Para a concretização dessa medida, faz-se necessário o empreendimento de ações pelo Governo Estadual, pois ainda estão muito altos os índices de desemprego no Estado e no País. Por isso, Sr. Presidente, ações concretas e coerentes, além de urgentes, são extremamente necessárias.

Destaco as metas da direção que tomou posse recentemente no Conselho Estadual do Trabalho, que são o emprego e a geração de renda. O novo Conselho tem, por objetivo, constituir uma política de geração de emprego e renda e tornar o trabalhador brasileiro mais bem qualificado. Esse novo Conselho vem ampliar, operacional e politicamente, as competências da antiga Comissão Estadual de Emprego.

Segundo Wilson Luiz da Silva, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado, "é preciso ampliar as ações de geração de emprego, apresentando projetos que minimizem o grave quadro de desemprego no País. São ações do dia-a-dia que vão mudar a realidade. É preciso valorizar o sentimento de organização".

O novo Conselho vem respaldar o trabalho da SETASCAD, com o sério compromisso de investir fundo na área de geração de empregos.

Ainda segundo informações do "Diário do Comércio" de hoje, "a subsidiária de participações acionárias do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, a BNDES Par, lançou ontem um novo programa de apoio às pequenas e médias empresas, que terá um orçamento inicial de R\$300.000.000,00". Pretende-se reduzir, portanto, o custo de capital para pequenas e médias empresas.

Minas Gerais é a terceira economia do País, e dados do IBGE confirmam a capacidade de o Estado atrair investimentos, através de políticas e programas de desenvolvimento.

Com o Produto Interno Bruto – PIB - equivalente a 10,1% do total brasileiro, o quadro mineiro vem se alterando graças à política de atração de investimentos, que proporciona a instalação de grandes projetos industriais no Estado. Minas é, hoje, a terceira maior economia nacional, perdendo apenas para São Paulo, que tem 35,48%, e para o Rio de Janeiro, com 11,25%.

Segundo informações da Secretaria de Estado de Indústria e Comércio, foram implementados muitos projetos voltados para os setores têxtil, confecções, calçados, eletrônicos, minerais, não metálicos, moveleiros e outros, como também outras empresas fora do Estado optaram por Minas Gerais.

A orientação do Governador é de não deixar que a crise interrompa o fluxo de investimento no Estado, tendo usado os fundos estaduais de apoio ao desenvolvimento econômico e social, pelo BDMG.

Assim, nesta visão, conforme relatado e de acordo com as metas do Conselho Estadual – Emprego e Geração de Renda, temos certeza de que a proposição de lei será sancionada pelo Governador transformando-a em lei, para ser levada a efeito na prática.

Quero ainda, Sr. Presidente, homenagear toda a comunidade religiosa, protestante, evangélica, por mais um ano da Reforma Protestante, que se comemorou ontem no mundo inteiro. É lógico que temos que fazer algumas reflexões e entender que, desde aquele ato bravo e heróico do grande homem que foi Martinho Lutero para os evangélicos e protestantes. Por sua luta para que houvesse a pregação da palavra de Deus, as pessoas puderam ter acesso à Bíblia Sagrada. A Reforma Protestante tem demonstrado, ao longo dos anos, que os evangélicos realmente vieram para somar, para trazer à população, além de uma promessa de alívio espiritual, uma postura de fortalecimento, no que diz respeito ao lado espiritual. Vem demonstrando ao longo dos anos que a comunidade evangélica tem muito a contribuir no que diz respeito à política social, à política que trabalha privilegiando a sociedade, os menos favorecidos, aqueles que, infelizmente, têm sido deixados à margem por esse modelo adotado hoje na política federal. Entendo que a comunidade evangélica, no Brasil e no mundo, certamente ainda tem muito a oferecer e a contribuir. Queremos ressaltar a importância, para todos nós e para o mundo, que foi essa reforma protestante, iniciada por Martinho Lutero. Ontem, o mundo inteiro pôde lembrar, por sua coragem e valentia, o grande herói de todos os cristãos, que demonstrou realmente ser peça importante para o desenvolvimento do mundo. Agradecemos ao grande herói por sua vontade de lutar para que tivéssemos uma sociedade que pudesse ter acesso à palavra de Deus. Nós, evangélicos ou protestantes, como quiserem nos chamar, temos muito a agradecer a esse homem.

O Deputado João Leite (em aparte) - Muito bem, Deputado Pastor George. Acompanhando sua manifestação, lembrando Martinho Lutero, lembrando a Reforma e os pontos tão importantes da nossa fé, lembraria também algumas vitórias que fazem tão bem para nossa vida, especialmente o livre exame das escrituras, tão defendido por Martinho Lutero, que nos dá a oportunidade de ter acesso à palavra, à Bíblia, conhecer a história maravilhosa do povo que Deus separou, conhecer o monoteísmo ético do povo israelita, do povo escolhido por Deus, essas raízes tão importantes na convivência.

Gostaria também de lembrar outra grande defesa de Martinho Lutero, que é o "livre sacerdócio", a liberdade de cremos e amarmos a Deus, a Jesus, aos ensinamentos cristãos aprendidos com o livre exame das escrituras e essa relação vertical, tão próxima de Deus e tão importante para nós. E, fundamentalmente, Efésios, capítulo II, versos 8 a 10: "Pela graça sois salvos, não depende das obras", um grande presente de Jesus para todos nós.

Também quero participar dessa sua fala, lembrando pontos tão importantes da nossa fé, a qual Martinho Lutero soube tão bem colocar para todos nós, dando-nos a oportunidade histórica de viver um tempo de reforma e de oportunidade, colocando pública e claramente a nossa fé.

Parabéns, Deputado Pastor George, por essa manifestação tão importante. Muito obrigado pela oportunidade.

O Deputado Pastor George - Gostaria de pedir desculpas, porque, se fosse enumerar aqui as várias lideranças evangélicas, protestantes do Brasil, certamente muitos nomes deveriam ser lembrados, e muitos não seriam mencionados, dado o número de líderes evangélicos que militam no Brasil todos os dias, levando o Evangelho e a palavra de Deus às pessoas.

Gostaria de pedir o apoio dos nobres pares desta Casa à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, que vem lutar pelo direito que temos, que é essa liberdade de podermos nos expressar.

Quero ressaltar que já discutimos por várias vezes com lideranças das bancadas desta Casa a importância dessa proposta, que visa a garantir exatamente aquilo que a nossa Carta Magna nos dá: o direito de professarmos a nossa fé, sem impedimento.

É bom ressaltar que compete aos municípios, e aqui deixa muito claro a lei, "no que couber, adequado ordenamento territorial mediante planejamento e controle do uso do parcelamento, da ocupação do solo urbano". Entendemos que, no que couber, legislar sem ultrapassar a Carta Magna, que nos garanta o direito de exercer o culto sem que haja impedimento. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 6/11/2000, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.788, de 1999, 1.936, de 2000, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Marcelo Gonçalves

nomeando Evander Alves Pereira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas.

Gabinete do Deputado Olinto Godinho

exonerando, a partir de 14/11/2000, Ana Maria de Lima do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Márcia Costa Alves Batista para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, observada a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa nº 1.746, de 1999, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Luciana de Almeida Aguiar do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

ERRATA

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 846/2000

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 10/11/2000, na pág. 41, cols. 3 e 4, no Quadro B do Anexo I, no número de cargos correspondente à especialidade de Técnico Superior, onde se lê:

"55", leia-se:

"65".

E, no mesmo quadro, suprima-se o seguinte:

| | | |
|--------------------|----------|------|
| "Engenheiro-Perito | TC-NS-12 | 10". |
|--------------------|----------|------|